

3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas 13.12.2017

Ponto 2.2

Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2018

Declaração de Voto

Embora estejamos no início de um novo mandato autárquico, o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2018, correspondem à linha de orientação estratégica de continuidade, com as opções e objetivos políticos de uma maioria absoluta PS, que continua a gerir esta câmara, e agora, pela primeira vez sem necessitar do apoio do PSD, pelo que são da inteira responsabilidade da força maioritária. Opções erradas que não resolvem os principais problemas de Odivelas e, com as quais, os vereadores da CDU não podem estar de acordo, que expressaram no período de discussão, e que justificam o voto contra.

O Orçamento e GOP para 2018 continuam a evidenciar escolhas e opções políticas de gestão municipal que são a continuidade do passado e continuarão a ter consequências para o futuro, que consideramos erradas e que em nossa opinião condicionam negativamente a intervenção e a ação geral deste município.

Este é um orçamento em que os impostos diretos, e em especial o IMI, continuam a garantir a grande fatia das receitas deste município, com a correspondente sobrecarga fiscal que continua a asfixiar os munícipes.

Este é um orçamento em que, embora estejamos em início de mandato, os acordos de execução com as juntas de freguesia, continuam a evidenciar um tratamento diferenciado e desigual, por exemplo na área da varrição, que consideramos inaceitável e injusto para com algumas freguesias e para todos o que nelas habitam.

Numa análise mais detalhada verificamos que 19 anos passados, ainda continua a contemplar os 18 milhões de ressarcimento pela instalação do município, valor esse que, compreendendo-se enquanto sinal político, todos sabemos não poder ser considerado para o investimento que é preciso fazer neste município. Odivelas contará assim, a confirmarem-se as previsões, com uma receita efetiva de cerca de 70 milhões.

Apesar da mudança de governo e de paradigma ter ocorrido há mais de 2 anos, a mesma ainda não permitiu que o município de Odivelas fosse compensado pelo ato de instalação. Continuamos a manter a esperança que tal ainda possa vir a ocorrer. Porque é justo e é necessário.

O orçamento da receita, com um valor global de 88 325 450,00 €, que corresponde a mais 0,8% que o de 2017, mantém uma estrutura que

assenta essencialmente nas receitas correntes (75,9 %) e com grande peso da tributação, direta e indireta, taxas e multas, que atingem quase 40% das receitas totais.

Esta carga tributária sobre os munícipes terá um peso ainda maior se considerarmos os 70 milhões expectáveis, pois passa a representar praticamente metade das receitas totais que se preveem arrecadar (49,8%).

É indiscutível que são estes impostos, em especial o IMI, que está a “*segurar*” as receitas deste município.

Temos vindo ao longo dos anos a propor uma redução real e efetiva do IMI, com abaixamento da respetiva taxa, minorando assim o peso excessivo desta carga fiscal, mas as mesmas foram sempre rejeitadas. Este ano voltaremos a apresentar uma proposta no mesmo sentido.

É intolerável que se continuem a asfixiar os munícipes com este peso fiscal e tal não pode deixar de ter uma leitura de grave censura política.

Poderão mesmo difundir amplamente a redução de 40 e de 70 euros para as famílias com 2 ou 3 ou mais filhos respetivamente, no entanto esta medida em nada alterará a situação global das famílias nem diminui ou inverte o esforço e o peso na generalidade das famílias e dos munícipes do nosso concelho.

Em relação às Grandes Opções do Plano consideramos muito importantes os investimentos e intervenções da responsabilidade do Município que importa concretizar e de que são exemplo, entre muitos outros:

- A requalificação do Largo D. Dinis;
- A requalificação da Av. D. Dinis;
- O Parque urbano da entrada nascente de Odivelas;
- A reconversão do Mercado de Odivelas;
- O Centro Interpretativo / núcleo museológico das Águas de Caneças.

Não esquecemos que estes são alguns dos projetos e obras que têm constado em sucessivos planos de atividade e orçamentos e que teimam em não sair do papel. São disso exemplo a requalificação do Largo e da Av. D. Dinis e o Mercado de Odivelas em que as grandes intervenções vão estando sempre previstas para o ano a seguir ao do orçamento e GOP em apreço.

No que respeita à educação e considerando o aumento significativo do número de alunos registado no ano letivo transato, a solução encontrada pela câmara foi a colocação de contentores para solucionar o problema dos horários duplos. Esta foi a “*reação rápida*” encontrada que prova o que há muito dizemos da falta de perspetiva e planeamento do PS, que prefere sempre o “*navegar à vista*”.

Para a CDU o que seria expectável é que a Câmara Municipal considerasse as remodelações e readaptações das escolas existentes, bem

como a construção de novas escolas, nomeadamente com o aumento de salas de pré-escolar.

Contudo, o que se verifica é que não está prevista qualquer intervenção que permita a resolução desta situação, ou seja a construção de novas salas que aumentem a capacidade e substituam os contentores. Uma referência à Escola Mello Falcão, na Pontinha, que tem vindo em sucessivas GOP e agora mantém unicamente a rubrica aberta com 10€. A remodelação de fundo prometida pelo PS já nas eleições de 2013 é agora empurrada para 2019. Esquecida ficou a “... construção de um novo complexo escolar na vila da Pontinha que assegure às crianças um equipamento escolar de maior funcionalidade melhor qualidade”, tão propalado pelo PS durante a recente campanha eleitoral.

Olhando para as intervenções previstas nas escola, conclui-se que a Câmara Municipal se demitiu de planificar e transferiu essa competência para o Orçamento Participativo.

Ao nível da Ação Social são previstos 25 mil euros para intervenções em Centros de Dia. Uma verba absolutamente residual que **não** possibilitará fazer as obras / intervenções necessárias.

Ao nível da Saúde vemos a inclusão de verbas para a Unidade de Saúde de Famões e para o Centro de Saúde de Odivelas. Sobre último é caso para dizer finalmente! Ao fim de quase 20 anos está construção mas, como todos sabemos, sendo uma responsabilidade da administração central, a CM Odivelas entendeu dar o seu apoio, com o pagamento antecipado da obra e uma comparticipação de 30% da despesa global com a construção, dinheiro este que sairá das suas receitas próprias e logo será reduzido nos investimentos que legalmente são competência da câmara. Quanto ao Centro de Saúde de Famões vemos inscritos 300 mil euros, mas não conhecemos mais nada que não seja a desafetação do terreno do domínio público para o domínio privado municipal.

Ao nível de equipamentos e infraestruturas de higiene pública nada consta sobre a ampliação do cemitério de Odivelas ou mais recentemente da instalação do forno crematório e quanto a um aspeto tão sentido pelas populações, para que não tenham que ir para outra freguesia e/ou outro concelho para velar os seus entes queridos, a da construção de mais uma Casa Mortuária em Caneças, embora conste nas GOP é só com verba para início de projeto em 2019, esperamos vivamente que não seja mais uma obra para ir sendo adiada “*sine ano*”.

Quanto à reconversão das áreas críticas, o projeto de desenvolvimento da área de reabilitação urbana do Bairro Olival do Pancas, tão amplamente divulgado, só se prevê em orçamento uma verba de 300 €. Consideramos inadmissível que a Câmara não seja a dinamizadora da requalificação integral daquela área da freguesia da Pontinha, em todas as

suas vertentes, tanto na lúdica e desportiva, mas também na social e habitacional, mas principalmente envolvendo a comunidade do bairro.

Também **ao nível da habitação**, não se vislumbra qualquer programa específico para erradicação do bairro do Barruncho e correspondente programa de realojamento para aquela população.

Por fim, mas não menos importante conforme defendemos que o concelho de Odivelas necessita de uma gestão integrada do território e do seu ambiente, com a criação de uma centralidade do concelho, que em nossa opinião deverá ser desenvolvida com base na dinamização e colocação do Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo ao serviço da população do concelho, com a criação de um parque verde urbano central dos terrenos anexos ao Mosteiro, dotando-o de equipamentos que serão colocados ao serviço das necessidades e interesses da população do concelho, associando a este conjunto o complexo desportivo de Porto Pinheiro.

Muitos outros exemplos poderiam ser dados, como bem ficou patente no período de discussão e que no global nos reconduzem de novo para a constatação de que outra distribuição de recursos financeiros e outra definição de prioridades certamente possibilitaria uma intervenção continuada, consistente e verdadeiramente eficaz no conjunto das competências municipais.

Por tudo o que fica dito, o nosso voto contra.

Odivelas, 13 de Dezembro de 2017

Os Vereadores da CDU